



## Artigo Original

# O Empoderamento Da Mulher Negra Por Meio Da Roda De Cuidados (Cfemea)

## Empowerment of Black Woman through the “Care Wheel” (Cfmea)

*Carneiro, Rosenir Almeida, Silva, Xenia Mara Honório*

<sup>a</sup>Centro Universitário Estácio de Brasília, Brasília-DF, Brasil

<sup>b</sup>Centro Universitário Estácio de Brasília, Brasília-DF, Brasil

### INFORMAÇÃO DO ARTIGO

#### *Histórico do artigo:*

Recebido em 00 Maio 00

Revisado em 00 Julho 00

Aceito em 00 Agosto 00

Palavras-chave: (3-5  
palavras)

Empoderamento, mulher,  
roda de cuidados

Keywords: (3-5 words)

Empowerment, woman, care  
wheel

### RESUMO

Este estudo discute os obstáculos que as mulheres enfrentaram ao longo da história, dialogando principalmente sobre a luta feminista e a luta das mulheres negras. Muitos direitos que hoje são assegurados pela Constituição Federal atual (1988) são frutos dessas iniciativas femininas de coragem, batalha e enfrentamento. Dessa maneira, a investigação buscou compreender como a organização não-governamental Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) pode contribuir através da roda de cuidados entre mulheres ativistas para o empoderamento da mulher negra. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica de caráter exploratório, e conclui-se que o empoderamento das mulheres negras, que participam da roda de cuidados entre mulheres ativistas do CFEMEA, é constituído por meio do auto crescimento, do fortalecimento das alianças entre as ativistas, o que fortalece a mulher como sujeito político coletivo.

### ABSTRACT

This study discusses the obstacles that women have faced throughout history, dialoguing mainly on the feminist struggle and the struggle of black women. Many rights that today are guaranteed by the current Federal Constitution (1988) are the result of these feminine initiatives of courage, battle and confrontation. Thus, the investigation sought to understand how the non-governmental organization Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) can contribute through the care wheel among women activists to the empowerment of black women. The research was carried out by means of an exploratory bibliographic review, and it is concluded that the empowerment of black women, who participate in the wheel of care among women activists of CFEMEA, is constituted through self growth, the strengthening of alliances between women. activists, which strengthens women as a collective political subject.

\* Nome do Autor Correspondente.

Tel.: +0-000-000-0000 ; fax: +0-000-000-0000.

E-mail: [author@institute.xxx](mailto:author@institute.xxx)

## Introdução

Durante boa parte da história as mulheres não eram vistas como merecedoras de respeito e valor, mesmo assim, elas tiveram papel de grande importância na luta e na resistência em suas trajetórias históricas. Por volta do século XIX elas se unem e iniciam as batalhas por seus direitos. Ao longo dessa história obtiveram várias conquistas e isso se deu em grande parte graças aos movimentos sociais feministas.

Assim, com interesse de lutar contra opressão e por conquistas acerca dos direitos das mulheres, a organização não-governamental Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), fundada em 1989, com sede em Brasília-DF, que apresenta pautas sobre cuidados entre mulheres, implementou a “roda de cuidados entre mulheres”: ativistas, feministas e artistas, focando no cuidando emocional, para que as mulheres obtivessem empoderamento, apoio, cuidado e força na sua caminhada.

Desse modo, o presente estudo busca responder a seguinte questão de pesquisa: como o cuidado emocional entre mulheres, desenvolvido pela organização não-governamental Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), que desenvolve seus trabalhos por meio da roda de cuidados entre mulheres ativistas, contribui para o empoderamento da mulher negra?

Esta investigação justifica-se relevante à academia e à ciência histórica por colaborar com

as discussões e os estudos que visam tratar o histórico das lutas feministas e o feminismo na atualidade, para que possamos refletir sobre as conquistas e também sobre o que ainda é necessário ser conquistado, pois, o sistema patriarcal, racista e colonialista quase sempre negou à mulher o seu espaço, principalmente de participar do espaço público. Este estudo, na atualidade, é extremamente importante para que outras mulheres possam conhecer um pouco da história feminista e do cuidado entre mulheres, compreender melhor o que as mulheres sofreram e ainda sofrem com o preconceito, a discriminação e a violência.

Os militantes e ativistas de vários movimentos vêm lutando contra os vários históricos, nos quais o lugar da mulher foi confinado à funções de cuidar, prestar serviços aos outros, ser submissa, o que gerou estruturas de classes e etnias, que segregam e ordenam mulheres a cumprir apenas papéis de esposas, amantes, prostitutas, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras assediadas, entre tantos outros papéis aos quais são imbuídas, implícita e/ou explicitamente (CFEMEA, 2020).

Nesse sentido, o objetivo geral do estudo é verificar as contribuições do CFEMEA, como movimento social feminista na sociedade atual, no empoderamento da mulher negra, e os objetivos específicos são: descrever como

aconteceram os movimentos feministas no Brasil; demonstrar a importância da luta feminista na sociedade machista e patriarcal; e compreender como o cuidado entre mulheres por meio do CFEMEA pode ser um ato político e transformador.

A pesquisa realizada foi de revisão bibliográfica, do tipo exploratório. Segundo Gil (1996), estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que o objetivo principal delas é o aprimoramento ou a descoberta de ideias. Com intuito de demonstrar a importância do problema pesquisado e analisa-lo levando em conta suas subjetividades adotou-se a abordagem qualitativa, que segundo Marconi e Lakatos (1996), parte da ideia de interpretar as situações investigadas e analisa-las mais a fundo, relatando minuciosamente os encontrados na investigação acerca do objeto em estudo.

## OS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL

O tema feminismo é por si só complexo, pois quando em diálogo logo se associa como oposto ao machismo. Machismo é uma concepção enraizada na sociedade, que intensifica e reproduz atos de agressão e opressão contra a mulher, já *feminismo* é um movimento social e político, que defende igualdade de direitos e status entre homens e mulheres em todas as áreas (LOURO,

2004). Luta contra a desigualdade de condições entre gêneros, contra o machismo, debate as relações de poder, opressão, exploração de indivíduos sobre diferentes. Indica uma transformação política, econômica, cultural, social e ideológica da sociedade, contesta-se absolutamente ao poder patriarcal (TELES, 2017). Pensar em feminismo é adentrar no universo da história das mulheres e conhecer suas lutas e anseios.

Ninguém é oprimido, explorado e discriminado porque quer. Uma ideologia patriarcal e machista tem negado à mulher o seu desenvolvimento pleno, omitindo a sua contribuição histórica. A mulher não é apenas a metade da população e mãe de toda a humanidade. É um ser social, criativo e inovador. (TELES, 2017, p. 21)

No período colonial a maioria das mulheres negras, índias e brancas prostitutas ficaram fora dos registros de acontecimentos históricos e documentos oficiais, o homem branco se sobrepunha nestes acontecimentos, de acordo com interesse da elite da época, “quando não há como deixar de registrar a participação das mulheres, o fazem como se estas agissem individualmente, como loucas, prostitutas, enfim desajustadas” (TELES, 2017, p. 24). Porém, o movimento feminista teve princípio, mesmo com a falta de registro e informações, em lutas por grupos de origem popular, trabalhadoras do mercado de trabalho, negras nos quilombos, e aquelas que participaram de movimentos políticos.

Segundo Teles (2017), durante muitos anos a luta da mulher vem ganhando força e visibilidade. A data de 8 de março, “Dia Internacional da Mulher”, é determinada após o ocorrido no ano de 1857 nos EUA, quando as mulheres que trabalhavam em fábricas lutavam por melhores condições de trabalho, por salários iguais aos homens, por diminuição da jornada de trabalho e licença maternidade. Elas foram trancadas, queimadas, carbonizadas. Foram 129 mulheres mortas, que lutavam por condições mais humanas de trabalho (TELES, 2017).

Ribeiro (2018, p. 45) diz, sobre a primeira onda do feminismo:

No Brasil, o movimento feminista teve início no século XIX com o que chamamos de primeira onda. Nela, que tem como grande nome Nísia Floresta, as reivindicações eram voltadas a assuntos como o direito ao voto e a vida pública. Assim, em 1922 nasceu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como objetivo lutar pelo sufrágio feminino e pelo direito ao trabalho sem necessidade de autorização do marido.

Na década de 60 as mulheres no Brasil começaram a inserir no mercado de trabalho e em universidades com influência de outros países como os Estados Unidos, países europeus, rompendo com o padrão tradicional no qual eram vistas quase que somente como mães de família e cuidadoras do lar (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2020). As mulheres de classe baixa trabalhavam principalmente em fábricas e em casa de família,

já as da classe média eram professoras, enfermeiras e bancárias, contudo, passaram a ficar sobrecarregadas com as tarefas de casa, o trabalho fora, o cuidado com os filhos e o marido.

Lembremos que somente em 1962 foi decretado o Estatuto da Mulher Casada que retirou a incapacidade legal das mulheres casadas, estabelecida pelo Código Civil de 1917, que a designava como relativamente incapaz, sob a guarda de seu marido. As solteiras, separadas e viúvas estavam livres desta prisão. Mas todas almejavam o casamento porque somente assim seriam aceitas socialmente. (COLLING, 2015, p. 5)

Colling (2015) fala que as mulheres influenciadas por movimentos feministas, que rondavam o mundo, passaram a lutar por ter direito sobre seu corpo, pela escolha de ter ou não filhos (com a chegada do anticoncepcional), direito ao prazer sexual, direito ao aborto, contra a violência sexista, o respeito intelectual e pela igualdade civil. E ainda sobre forte influência do manifesto feminista em 1968, nos EUA, período em que ocorria o desfile da Miss América, sutiãs e outros utensílios femininos foram jogados em lixeiras, chamadas de lixeiras da liberdade. As lutas ganharam mais espaço no cenário brasileiro no começo da década de 70 quando as mulheres tomam mais consciência sobre seus corpos e seus direitos.

Segundo Ribeiro (2018, p. 45) “A segunda onda teve início nos anos 1970, num momento de crise da democracia. Além de lutar pela valorização do trabalho da mulher, pelo direito ao

prazer e contra a violência sexual, essa segunda geração combateu a ditadura militar”. Nesta época o Código Civil colocava as mulheres numa posição indigna, e dava o direito ao marido sobre ela, e, ainda, para trabalhar fora, ela precisaria do seu consentimento.

Em 1976 aumenta a participação da mulher nas atividades econômicas, chegando a 30%, entretanto, os cargos mais valorizados eram de ocupação masculina, como também os cargos na política e os espaços de projeções sociais (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2020). Assim, o trabalho da mulher continuava desvalorizado e ela continuava a receber salário inferior ao do homem. Essa relação de desigualdade salarial ainda perdura nos dias atuais. Dessa forma, a participação feminina no mercado de trabalho era tida como uma exceção, já que o marido era o chefe e responsável pelo o sustento da casa, e o seu salário seria só um complemento.

Esta desculpa foi o argumento usado para justificar as diferenças de salário nesta época, como também, para a falta de creche e más condições de trabalho, com foco nisso, as mulheres lutaram por seus espaços, direitos e igualdade entre os sexos. No entanto, “conciliar o papel de trabalhadoras fora de casa com a maternidade tornou-se um verdadeiro malabarismo. Para começar, o empresariado não admitia a mulher grávida. Se engravidasse já trabalhando, era demitida ou quando tivesse o

filho não teria onde deixa-lo” (TELES, 2017, p. 63). Com isso as mulheres trabalhadoras e as das periferias se organizavam para lutarem por creches.

No 1º de maio de 1979, diante de milhares de trabalhadores, no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, as mulheres lançaram um importante manifesto, onde denunciavam as condições do trabalho feminino e reivindicavam a criação de creches nos bairros e locais de trabalho. (TELES, 2017, p. 113):

Ainda na década de 70 o casamento passou a ser questionado, o descasamento era visto sob diversos preconceitos, e só em 1977 o divórcio foi legalizado. O sexo fora do casamento era um grande tabu, e só passou a ser mais aceito pelas boas famílias na década de 80 quando as novelas passam a retratar o assunto (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2020).

Segundo Colling (2015), mesmo as organizações de esquerda e as militantes políticas consideravam o feminismo, no início, como inoportuno, inconveniente e divisor da luta, pois as esquerdas estavam interessadas em contestar a questão da burguesia e do trabalhador, e este tema saía do foco principal. Porém, as mulheres aos poucos ganham espaço e começam a problematizar as temáticas polêmicas daquela época como: aborto, lesbianismo e sexualidade.

Entretanto, havia dificuldade nessa tarefa; dirigentes políticos ou religiosos do bairro cercavam as feministas para impedi-las de falar sobre sexualidade, violência sexual e doméstica, aborto e, enfim, tudo o que

envolve mais de perto a condição feminina, a pretexto de que tais questões só “dividem o movimento operário” enfraquecendo a luta conjunta pelas transformações sociais. (TELES, 2017, p. 113).

Já na terceira onda do feminismo, que teve início em 1990, outros assuntos são debatidos, observando detalhes nas estruturas: social, política e cultural.

As críticas de algumas dessas feministas vêm no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente, porque as mulheres são oprimidas de modos diferentes, tornando necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, levando em conta as especificidades de cada uma. A universalização da categoria “mulheres” tendo em vista a representação política foi feita tendo como base a mulher branca de classe média – trabalhar fora sem a autorização do marido, por exemplo, jamais foi uma reivindicação das mulheres negras ou pobres. Além disso, essa onda propõe a desconstrução das teorias feministas e das representações que pensam a categoria de gênero de modo binário, ou seja, masculino/feminino. (RIBEIRO, 2018, p. 45, 46)

## **AS REIVINDICAÇÕES DA LUTA FEMINISTA NA SOCIEDADE MACHISTA E PATRIARCAL**

Ribeiro (2017) conta que as mulheres negras foram excluídas do espaço de fala na sociedade durante muitos anos e que ainda nos dias atuais se tem essas heranças enraizadas não só na sociedade, também nas pesquisas científicas e acadêmicas. A esse respeito, a mulher era vista de forma universalizada, ou seja, sem levar em conta outras reivindicações como a raça, a cor da pele, o preconceito, a orientação sexual, a

identidade de gênero. Temáticas relevantes que só mais tarde apareceram nos discursos e pautas feministas, pois no século XIX e boa parte do século XX os feminismos hegemônicos das mulheres, das classes sociais privilegiadas, não se interessavam em debater o racismo em suas pautas. Neste período, o interesse era a conquista de direitos para um distinto grupo de mulheres.

No período da ditadura militar no Brasil a mulher militante, política não era considerada como sujeito histórico, pois ela estaria invertendo seu papel, que seria o de ser dona de casa e cuidar da família. Colling (2015) fala que pouco se escreveu sobre o tema no mundo acadêmico, a política continua sendo privilégio masculino, mesmo no Brasil que já esteve no poder uma presidente mulher, os ministérios são o retrato da exclusão da participação feminina.

O feminismo da classe média, inicial era composto por mulheres que estavam mais bem informadas, acompanhando noticiários internacionais, suscitava questões que interessavam a todas elas. Colling (2015) continua direcionando sua posição a respeito de Simone Beauvoir, que foi umas das inspirações das mulheres, que reivindicava o status de personagem histórica, ela dizia que a emancipação da mulher não é uma questão de felicidade, mas de liberdade, liberdade para trocar a paz pela luta, a segurança pelo questionamento. Não era uma tarefa fácil, pois estavam subvertendo uma ordem.

Para os agentes de repressão na ditadura, a mulher que estava envolvida em atividades políticas, era prostituta, estava à procura de homens ou era entendida como homossexual, pois estes espaços eram dedicados aos homens, então era sempre um sujeito desviante dos padrões e lugares determinados ao gênero feminino (COLLING, 2015).

Ao participar da luta armada de 1969 até 1974, as mulheres puderam sentir as discriminações por parte de seus próprios companheiros, tanto pela superproteção como pela subestimação de sua capacidade física e intelectual. Quando caíram nas mãos do inimigo, enfrentaram a tortura e seus algozes aproveitaram-se delas para a prática da violência sexual. (TELES, 2017, p. 81).

Segundo Merlino (2010), nesse período, as mulheres lutaram pela volta da democracia, e estiveram em todas as frentes de resistência. Muitas lutaram armadas, outras, que lutaram sem armas, colocando suas vidas, dos seus filhos e maridos em risco, e tantas outras ousadas demais para não restarem nem indício. Muitas foram torturadas neste período, quase sempre no âmbito sexual (estupradas), casos de aborto e partos nas prisões, assassinatos, muitas enlouqueceram pela dor e pela brutalidade, muitas não sobreviveram aos choques elétricos, muitas foram torturadas em frente aos filhos, crianças também foram torturadas para atingir a mãe e muitas outras mulheres desaparecidas.

Muitos homens e mulheres sobreviveram às torturas e à repressão, sem, contudo, perder sua integridade ética e política. Outros não conseguiram superar as sequelas daqueles

tempos. A constante dos relatos históricos, no entanto, tem sido a omissão ou a diluição da presença feminina. (TELES, 2017, p. 70)

Muitas mulheres da sociedade civil e organizações sociais se uniram neste período, nas universidades, nas ruas e nas praças, nas fábricas, nas escolas, na cidade, no campo. Estiveram em movimentos de críticas e lutas pelo fim da ditadura e também no Movimento Feminino pela Anistia, mulheres que em 1968, com o aumento da repressão contra a juventude, criaram o movimento de mães em defesa dos filhos no Rio de Janeiro, que ficou conhecido como União Brasileira de Mães e formou a comissão de familiares de presos e desaparecidos, aquelas que saíam da prisão iam se juntando a essa comissão levando sua experiência de luta e os testemunhos dos sofrimentos (GOLDENBERG, 2018).

Não só as mulheres universitárias e de classe média lutaram neste período da Ditadura Militar, as mulheres das periferias também tiveram participação. Com a crescente urbanização e migração, elas perceberam as grandes desigualdades socioeconômicas e o “esquecimento” das políticas sociais, com isso, surgiram lideranças femininas, que lutavam por melhores condições, por postos de saúde, transporte coletivo, creches, escolas e moradias. Eram em sua grande maioria empregadas domésticas, trabalhadoras urbanas, comerciárias e faxineiras (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2020).

Ribeiro (2018) fala ainda sobre o feminismo negro, que se difere do feminismo branco, das mulheres da elite, pois o feminismo negro luta para além da conquista de uma sociedade sem hierarquia de gênero e raça, mas, luta contra o preconceito, a discriminação e a violência.

Desde a década de 1970, militantes negras estadunidenses como Beverly Fisher denunciavam a invisibilidade das mulheres negras dentro da pauta de reivindicação do movimento. No Brasil, o feminismo negro começou a ganhar força no fim da mesma década e no começo da seguinte, lutando para que as mulheres negras fossem sujeitos políticos. (RIBEIRO, 2018, p. 45)

Davi (2017) explica sobre a divergência do movimento de mulheres do século XIX, pois as mulheres trabalhadoras na época estavam interessadas em melhorar sua situação econômica. Enquanto as mulheres das classes privilegiadas lutavam para o direito ao voto.

Hoje, quando refletimos sobre o processo de empoderamento das mulheres afro-americanas, nossas estratégias mais eficazes continuam sendo aquelas guiadas pelo princípio adotado pelas mulheres negras do movimento associativo. Precisamos nos esforçar para “ergue-nos enquanto subimos”. Em outras palavras, devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, independentemente da classe social, assim como os nossos irmãos, subam conosco. (DAVI, 2017, p. 17)

Segundo Teles (2017) a violência contra a mulher, em 1980, foi colocada em debate pelo movimento feminista no Brasil quando um caso de violência contra mulher foi tornado público por uma jovem senhora de classe média, que denunciou as agressões físicas praticadas pelo marido, um professor universitário de renome no

meio acadêmico. O fato de tal denúncia, fez com que outras mulheres também denunciassem as violências sofridas e mostrou a sociedade que casos de violência não eram questões de raça e classe social, pois havia uma forte concepção de que só homens pobres e negros espancavam suas mulheres, por questões socioeconômicas e vícios. “A mulher brasileira até então se mantinha calada frente à violência doméstica. Capaz de denunciar corajosamente as torturas e assassinatos cometidos pela polícia, omitia a violência praticada contra ela própria pelo seu marido ou companheiro”. (TELES, 2017, p. 135)

Após reivindicações feministas para a criação de órgãos voltados para analisar questões relacionadas a mulher, ainda sob a ditadura militar, o governador de São Paulo (1983-1987), André Franco Montoro criou por decreto a Delegacia Policial de Defesa da Mulher. Após, outras delegacias “Similares foram também criadas no interior do Estado de São Paulo e em quase todos os outros estados brasileiros” (TELES, 2017, p. 140). Com isso, passou-se a ter maior visibilidade estatística os vários tipos de crimes contra a mulher, que até então eram implícitos.

O movimento deixou sua marca na Constituição de 1988, mas também em outras legislações mais recentes como a lei Maria da Penha (2006) e na regulamentação dos direitos das Trabalhadoras Domésticas (2015). A sub-representação das mulheres em espaços de poder, a permanência da violência contra as mulheres, a desigualdade salarial e



tantos outros diretos negados tornam atual a luta das mulheres por igualdade e liberdade. (MEMORIAS DA DITADURA, 2020)

Essas organizações políticas das mulheres causaram importantes mudanças, tanto em sua forma de se organizarem socialmente, como também com efeito nas leis asseguradas. Segundo Teles (2017), no ano 1986, na abertura democrática da construção da nova Constituinte, dentre os deputados federais eleitos para o Congresso Constituinte, de 559 eleitos 26 eram mulheres.

Em 26 de agosto de 1986, houve, em Brasília, o Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte, promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Contou 1.500 participantes, de variadas condições, desde trabalhadoras rurais, aposentadas, negras, posseiras e operárias até profissionais liberais e candidatas a deputada constituinte. Dada a amplitude do evento, as propostas aprovadas unificaram os anseios das mulheres no país inteiro. (TELES, 2017, p. 147).

## **A RODA DE CUIDADOS ENTRE MULHERES COMO ATO POLÍTICO E TRASFORMADOR**

A ONG CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria, fundada 1989, por um grupo de mulheres feministas, tomou a luta pela regulamentação dos novos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988, ela luta e convida mulheres a lutar para que estes direitos sejam colocados em prática, ou seja, concretizados (CFEMEA, 2020). Sendo suas

metas política e teórica: feminismo, democracia, direitos humanos e a igualdade racial.

Ao longo dos anos o grupo tem adotado estratégias de conscientização e sensibilização, articulação e mobilização, comunicação política, controle social e acompanhamento. Divulga textos reflexivos para a ampliação de debates feministas através da mídia e em seu próprio veículo de comunicação.

O CFEMEA (2020), tem como Fundamento, desde sua criação, a luta por direitos sexuais e reprodutivos, luta contra a criminalização das mulheres e o direito ao aborto. Suas estratégias são: amplificar o ativismo e a resistência dos movimentos a ataques conservadores antidireitos (principalmente, frente ao parlamento), o fortalecimento da Universidade Livre Feminista, o incentivo da dimensão política do autocuidado e do cuidado entre ativistas, o aumento de metodologia de formação na ação para fortificar a luta feminista.

A luta feminista contra a opressão, contra o machismo, contra a falta de participação nos espaços de poder e decisão, resultou na criação de espaço de cuidado entre mulheres do CFEMEA. O argumento da ONG é o de que a mulher durante muito tempo, até mesmo hoje, tem a missão de dar conta da casa, da família, do marido, do trabalho etc. não cuidando de si, sobrecarregando-se e adoecendo emocionalmente e fisicamente.

Cuidar de si mesma, cuidarmos umas das outras, deixarmos-nos ser cuidadas, retribuir o cuidado recebido; compartilhar as nossas emoções, os nossos achados na luta feminista e antirracista, as nossas dores e os caminhos para curá-las; valorizar o nosso saber, nossas experiências e as nossas capacidades é algo fora da ordem, subversivo. Diz respeito à nossa luta por autonomia pessoal e de garantia da nossa auto-organização. Se sustenta em princípios éticos e políticos que nos são caríssimos, como a horizontalidade, a solidariedade e a reciprocidade. (OLIVEIRA, DORDEVIC, 2015, p.16)

Portanto, esse espaço da roda de cuidados entre mulheres surgiu como meio de complementar o ativismo, pois, o cuidado normalmente é para quem tem poder aquisitivo mais alto, visto que as terapias, SPAs, atendimentos psicológicos entre outros custam caro. Com isso, a ONG CFEMEA buscou caminhos para o cuidado entre mulheres de forma articulada e comprometida com a transformação de dores em cura.

Também trabalhamos com arte, criatividade, corpo e incluímos cerimônias como parte dos nossos métodos de cura. Em um ambiente de segurança e confiança, temos tempo para compartilhar as nossas histórias, usando as nossas próprias palavras, e não pela voz de outra pessoa. Usamos também a força da natureza para lembrar, contar, ouvir umas às outras e curar. Nós temos umas às outras. Os nossos compartilhamentos e reflexões acontecem na frente de todas, onde cada uma de nós recebe a oportunidade de testemunhar a dor das outras e oferece a oportunidade para que as outras também testemunhem a sua dor. Todas compartilhamos e testemunhamos ao mesmo tempo. (OLIVEIRA, DORDEVIC, 2015, p.16)

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (2020) diz que o cuidado entre ativistas conduz para um trajeto de transformação social, o auto crescimento fortalece as alianças entre as ativistas e também fortalece a mulher como sujeito político coletivo, se tornando assim

uma tática de acolhimento e de empoderamento das mulheres.

Por meio do compartilhamento das nossas histórias pessoais, cada uma de nós pode sair do isolamento, ser ouvida. Falamos na primeira pessoa, mas sem perder de vista a coletividade da qual fazemos parte. A nossa dor é testemunhada e reconhecida, pois os sentimentos têm um lugar central no nosso trabalho. Não se refere somente a falar e conversar, mas ao que sentimos enquanto falamos. Cada uma de nós que toma para si a oportunidade de expor sua questão, seu problema, sua aflição, é reconhecida pelas demais, é vista e validada por todas que a ouvimos. Geralmente, nossas histórias são sobre atos de violência e injustiça que sofremos. (OLIVEIRA, DORDEVIC, 2015, p.50)

Pensar no cuidado da mulher negra é lembrar o histórico de exclusão e racismo ao qual viveu e ainda vive. O racismo fere e deixa marcas, “Sofrer, todos sofrem, faz parte da condição humana, mas opressão é quando um grupo detém privilégios em detrimento de outro” (RIBEIRO, 2018, p.42). O racismo é um sistema de opressão, em que havendo relações de poder, ele se torna visível, existe um histórico no qual a população negra sofreu e sofre com: violência, opressão e exclusão, “Racismo vai além de ofensas, é um sistema que nos nega direitos” (RIBEIRO, 2018, p.42)

Uma marca importante na trajetória da mulher negra, é que ela sempre está dentro de uma perspectiva coletiva e comunitária. A mulher negra, dentro da luta de combate ao racismo, no processo de libertação do povo negro, se coloca na perspectiva da luta coletiva. E, no legado desta resistência, temos marcados vários movimentos onde esta presença se faz mais forte como a luta dos

povos quilombolas, religiões de matriz africana e trabalhadora domésticas, que é uma luta antiga, que recentemente tivemos avanços. São participações de protagonismo que nós imprimimos na trajetória política da atuação das mulheres negras no Brasil. E essa é uma perspectiva feminista, do feminismo negro no Brasil, considerando assertivamente que para falar da participação política das mulheres no Brasil. É preciso reconhecer as trajetórias diferenciadas. Todas nós queremos a igualdade, o respeito, cidadania, inclusão social, a afirmação, o direito aos nossos corpos, mas é preciso reconhecer esta trajetória política diferenciada, dentro da perspectiva do feminismo negro. (LIMA, 2017, p.1)

Segundo Ribeiro (2018), a mulher negra é atualmente o grupo que mais sofre violência doméstica. Elas continuam em sua maioria em subempregos e são a maioria nos empregos domésticos. Existe um histórico no Brasil, período da época da escravatura, em que elas não eram tratadas como delicadas e frágeis, pois faziam os mesmos trabalhos que os escravos homens, única diferença era que seus corpos femininos sofriam estupros e violações. A miscigenação no Brasil foi fruto de estupros sem essa romantização a qual se fala na literatura, mídias, TVs.

Essa outra construção de feminino contrasta diretamente com aquela que as mulheres brancas lutaram para derrubar: a da mulher frágil, submissa e dependente do homem. A mulher negra ter sido submetida a esse tipo de violência sistematicamente evidencia uma relação direta entre colonização e a cultura do estupro. (RIBEIRO, 2018, p.117)

Segundo o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA, 2020) no dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha foi

publicado no site do CFEMEA (25 de junho de 2017) um texto relevante, que provocou grande reflexão acerca da mulher negra. O artigo tratou do racismo, desigualdade social, resistência e sobrevivência.

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria CFEMEA (2020) explica que no Brasil existe uma estrutura racista, patriarcal e capitalista. É necessário reconhecer a parte essencial desta luta, que é a busca por transformação social, contra uma sociedade desigual que oprime e intensifica o racismo. É importante reconhecer que as mulheres negras têm sua participação na história, com práticas de resistência, luta por suas existências e de suas famílias, desde as formações dos quilombos. Essas lutas são por acesso à educação, trabalho, proteção social, mães lutando contra o genocídio cometido pela polícia contra crianças e adolescentes nas periferias etc.

A minha luta feminista contra o patriarcado e o racismo é uma luta que opta pela prática do cuidado, da leveza e do amor. Eu vejo nós mulheres negras adoecendo, sendo oprimidas e violentadas. Nesse contexto do movimento organizado de mulheres, estar nos cuidando, estar no espaço que nos fortaleça, nos empodere e que as mulheres possam estar irmanadas para mudar o mundo, mudar suas vidas, lutar por si e pelas outras é uma necessidade urgente. Então, pelo Bem Viver das mulheres negras, a minha luta feminista é uma luta prática e cotidiana. E se necessário, a gente tá nas ruas, a gente tá nas rodas, nós estamos nos espaços que for necessário de poder e de negação do poder pra transformar esse mundo e acabar com o racismo. (PESSOA, 2017, p.1)

A luta da mulher negra vem ganhando espaço nos debates feministas quando ela afirma sua trajetória, sua história, suas raízes, os espaços a ela negados durante séculos, e suas lutas. Elas assumem sua negritude, seu cabelo, seus traços, gerando um movimento de força e visibilidade na sociedade. Diante disso surge o questionamento acerca do que é o empoderamento feminino.

O empoderamento não pode ser autocentrado, parte de uma visão liberal, ou somente transferência de poder. Vai além. Significa ter consciência dos problemas que nos afligem e criar mecanismos para combatê-los. Quando uma mulher se empodera, tem condições de empoderar outras. (RIBEIRO, 2018, p.136)

Segundo Ribeiro (2018) esse termo pode ser muitas vezes mal-entendido, podendo ser ligado como algo individual ou garantia de poder para oprimir. Só que para o feminismo negro o empoderamento é uma expressão coletiva, pois é empoderar a si mesma e aos outros e avançar. As mulheres, como protagonistas ativas de mudanças de padrões e mudanças sociais, na luta antirracista, antielitista e antissexista através de transformações da consciência individual e na mudança das instituições sociais.

Cada mulher pode criar em seu espaço de atuação formas de empoderar outras. Se for empregadora, pode criar um ambiente de trabalho no qual exista o respeito e que possa atender à demanda de mulheres, principalmente daquelas que são mães, além de se certificar de que não há desigualdade salarial e assédio. (RIBEIRO, 2018, p.136)

Nesse sentido, a roda de cuidados para as mulheres negras é uma oportunidade para a

mulher se conhecer, se cuidar e ainda lutar por seu empoderamento. Ou seja, nesse movimento de se fazer ouvir, de conhecer outras histórias, de sensibilizar-se e se reconhecer como agente de mudança na história pessoal e de outros indivíduos a sua volta, a mulher negra vai se enxergando como sujeito merecedor de respeito e valorização, gerando afirmação da sua autonomia, da sua sexualidade, do seu corpo, do seu ser coletivo e com isso empodera-se.

As mulheres negras sempre foram as que tiveram menos oportunidade de estudo e de trabalho; são sempre as que ficam nas cozinhas e ainda não tem oportunidades de trabalho como as outras mulheres. Isso nos leva a pensar que nesse contexto de retrocesso do mercado de trabalho e do desenvolvimento e no retrocesso das políticas sociais para essa população, as mulheres negras são as que sofrem mais. A situação de miséria nos abala nas periferias, as mulheres negras têm seus filhos presos, envolvidos com crime por falta de várias condições que não são garantidas. (PESSOA, 2017, p.1)

## Conclusões

Muitas foram às conquistas das mulheres ao longo do tempo, contudo a luta ainda continua, sua representação nos espaços de poder ainda é insuficiente, é necessário lutar por liberdade e igualdade, contra o feminicídio e todo tipo de violência. A luta feminista foi de grande importância na história do Brasil e de todo o mundo, muitas mulheres morreram, outras foram torturadas e muitas ainda estão desaparecidas, estas mulheres lutaram para que fossem vistas

como merecedoras de direito, respeito e valorização.

Com o estudo foi possível perceber que a roda de cuidados entre mulheres, organizada pelo CFEMEA, auxilia na caminhada da mulher negra, que traz um histórico de escravatura e opressão, que sofreu várias violências, frutos da desigualdade que se perpetua há mais de 500 anos na história do Brasil, e que ainda enfrenta hoje, no seu dia a dia: falta de moradia, falta de saúde, desemprego, subempregos, baixa escolaridade, filhos vulneráveis ao crime, violência doméstica, racismo, preconceito etc.

Portanto, para que se possa seguir com mais segurança e leveza, sendo assistidas por suas colegas ativistas, que também passam por várias destas situações, o ativismo e o cuidado se fazem necessários à mulher negra, para que o caminhar fique mais leve e mais seguro.

Muitas de nós aderimos ao ativismo devido à violência que sofremos ou contra a violência cometida contra os nossos povos. Vivenciamos pessoalmente ou testemunhamos essa violência por gerações nas nossas famílias. Esta vivência é sentida nos nossos corpos. A experiência profunda de injustiça ou a ameaça de violência a que somos submetidas diariamente; a violência a que as nossas famílias estão expostas há gerações, ou a violência que testemunhamos por outras pessoas ao nosso redor são algumas das razões que nos levaram ao ativismo. A princípio, nem sempre o ativismo é uma opção, mas é a única saída para lidar com tanta indignação. Como, infelizmente, conhecemos a violência na nossa própria pele, sabemos que existe uma forte ligação entre a cura da nossa história e a nossa própria cura. (OLIVEIRA, DORDEVIC, 2015, p.42)

Nesse sentido, o CFEMEA contribui para o empoderamento da mulher negra por meio das

atividades de cuidado e autocuidado. Por meio da roda de cuidados a mulher negra percebe e toma consciência dos problemas que prejudicam a si e, de forma semelhante, a todas do grupo, assim busca formas de auxiliar a si e as companheiras, enquanto ela mesma se levanta. Com isso, o ativismo e a roda de cuidados se tornam agentes transformadores para as mulheres negras, para lutarem por melhores condições e ajudar outras mulheres, que ainda não tomaram consciência das opressões as quais são submetidas, para que estas também ajudem outras, e assim, caminhem unidas com empatia na busca do bem viver.

Assim fica claro que o empoderamento dessas mulheres é constituído por meio do auto crescimento, do fortalecimento das alianças entre as ativistas, o que fortalece a mulher como sujeito político coletivo. Também é possível concluir que a união das mulheres foi e é uma grande arma para as vitórias conquistadas, principalmente contra toda desumanização que já sofreram. Ainda existe esperança, mas uma esperança aliada na luta e na resistência, no cuidado e no autocuidado.

## Referências

CFEMEA, **Centro Feminista de Estudos e Assessoria**. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/cfemea/nossa-historia>  
Acessado em: 10/mar./2020.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero.

**Revista Opus.** Departamento de história e ciências sociais. UFG. V15, n°2, 2015.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, cultura e política.** São Paulo: Boitempo, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Pesquisa social: Métodos e técnicas.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOLDENBERG, Mirian. **Mulheres e militantes.** Disponível em: <  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12152> > Acesso em: 05 mar. 2018.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LIMA, Joseanes. **25 de julho - Dia da mulher negra latino-americana e caribenha.** Centro de Estudos e Assessoria, CFEMEA. Publicado 25 de julho de 2017. Disponível em:  
<https://www.cfemea.org.br/index.php/mobile-artigos-e-textos/4654-25-de-julho-dia-da-mulher-negra-latino-americana-e-caribenha>.  
Acessado em: 20/mar./2020.

LOURO, Guacira. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. In: LOPES, Denílson et al. (Org.). **Imagem e diversidade sexual: estudos de homocultura.** Brasília: Nojosa, 2004.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. **Direito à memória e a verdade: Luta, substantivo feminino.** São Paulo: Ed. Caros amigos, 2010.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Mulheres.** Citação. Disponível em:  
<http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>. Acessado em: 10/mar./2020.

PESSOA, Cleudes. **25 de julho - Dia da mulher negra latino-americana e caribenha.** Centro de Estudos e Assessoria, CFEMEA. Publicado 25 de julho de 2017. Disponível em:  
<https://www.cfemea.org.br/index.php/mobile-artigos-e-textos/4654-25-de-julho-dia-da-mulher-negra-latino-americana-e-caribenha>.  
Acessado em: 20/mar./2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018